

Ser ou não ser praxado? A teoria da ação planeada como modelo para compreender a participação dos caloiros na praxe académica · pág. 69-91
DOI: https://doi.org/10.14195/1647-8606_61-2_4

Ser ou não ser praxado? A teoria da ação planeada como modelo para compreender a participação dos caloiros na praxe académica

Isabel Correia¹, Diogo Alves², Margarida Jarego³, Katherine Lopes⁴, Diana Rodrigues⁵, Lídia Abrantes⁶, Ania Boloca⁷, Bruno Carvalho⁸, Marta Diogo⁹, Catarina Grosso¹⁰, Marília Ferreira Massa¹¹, Rita Mateus¹², Rafaela Fonseca Pereira¹³, Sara Pina¹⁴, Guilherme Galhardo Pinheiro¹⁵, Regina Pinto¹⁶, Alexandre Rilho¹⁷ e Maria Beatriz Timóteo¹⁸

1 Isabel Correia a seguinte: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-IUL), Lisboa, Portugal. Email: isabel.correia@iscte-iul.pt

2 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Diogo_Filipe_Caetano@iscte-iul.pt

3 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Margarida_Jarego@iscte-iul.pt

4 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Katherine_Lopes@iscte-iul.pt

5 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Diana_Marisa_Rodrigues@iscte-iul.pt

6 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Lidia_Abrantes@iscte-iul.pt

7 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Ania_Boloca@iscte-iul.pt

8 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Bruno_Alexandre@iscte-iul.pt

9 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Marta_Diogo@iscte-iul.pt

10 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Catarina_Araujo@iscte-iul.pt

11 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Marilia_Massa@iscte-iul.pt

12 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Rita_Mateus@iscte-iul.pt

13 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Rafaela_Pereira@iscte-iul.pt

14 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Sara_Teixeira_Pina@iscte-iul.pt

15 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Guilherme_Pinheiro@iscte-iul.pt

16 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Regina_Pinto@iscte-iul.pt

17 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Alexandre_Marcos_Rilho@iscte-iul.pt

18 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Beatriz_Timoteo@iscte-iul.pt

Artigo recebido a 19-06-2017 e aprovado a 05-03-2018.

To be hazed or not? The theory of planned behavior as a model to understand freshmen's participation in academic hazing

Abstract

The main goal of this study was to investigate the predictors of the freshmen's intentions to participate in academic hazing. With this goal, we used the theory of planned behavior (Ajzen, 1991) which allows an analysis of the relative weight of attitudes, subjective norm, and perceived behavioral control in the intentions to participate in academic hazing. The freshmen who participated in this study ($N = 353$) filled in a questionnaire. The results supported the theory of planned behavior predictive power, with the attitude and perceived behavioral control as significant predictors of the freshmen's intentions to participate in academic hazing. The subjective norm was not a significant predictor. The theoretical and social implications of these results are discussed.

Keywords: academic hazing; theory of planned behavior; attitude; subjective norm; perceived behavioral control

Resumo

Com este estudo pretendemos investigar quais são os preditores da intenção de participação dos caloiros na praxe académica. Para tal, recorreremos à teoria da ação planeada (Ajzen, 1991) que permite analisar o peso relativo das atitudes, da norma subjetiva, e do controlo comportamental percebido nas intenções de ser praxado.

Os participantes, estudantes universitários ($N = 353$) a frequentar o 1º ano de uma Licenciatura, preencheram um questionário. Os resultados confirmaram o valor preditivo da teoria, tendo sido a atitude e o controlo comportamental percebido preditores significativos da intenção dos caloiros em serem praxados. A norma subjetiva não se mostrou um preditor significativo. As implicações teóricas e sociais destes resultados são discutidas.

Palavras-chave: praxe académica; teoria da ação planeada; atitude; norma subjetiva; controlo comportamental percebido

INTRODUÇÃO

A praxe é qualquer atividade necessária, implicitamente ou explicitamente, para a iniciação ou permanência numa organização (Campo, Poulos, & Sipple,

2005). Estas atividades, muitas vezes, incluem comportamentos que rebaixam os praxados e constituem riscos com consequências físicas e/ou psicológicas mais ou menos graves. Mais especificamente, segundo Frias (2003),

A Praxe Académica, que em Portugal designa as tradições estudantis, refere-se, em primeiro lugar, às diversas humilhações, mais ou menos ritualizadas, que os estudantes mais antigos, os “doutores”, impõem aos mais novos, os caloiros. A limitação de uma tal noção à esfera da coacção e à relação “doutor”/caloiro é assinalada pelos três símbolos da Praxe: a moca, a tesoura e a colher de pau. A Praxe Académica refere-se igualmente, ou referia-se, a brincadeiras por vezes violentas, a comportamentos lúdicos e paródicos: troças, partidas, piadas, de que dão testemunho as Memórias dos antigos estudantes. (p. 82)

A partir dos anos 80 do século XX, e especialmente a partir da viragem do século XXI, a praxe académica em Portugal tem vindo a abranger um número de alunos cada vez maior de Norte a Sul do país, tanto em universidades públicas como privadas (Estanque, 2016). A praxe académica também é muito comum em universidades de outros países, como dos EUA (e. g., Campo et al., 2005) ou da Europa (e.g., Richardson, Wang, & Hall, 2012).

No entanto, este fenómeno não tem merecido um interesse equivalente por parte da investigação em psicologia. Nomeadamente, não foi ainda estudado de um modo sistemático em que medida variáveis importantes para predizer comportamentos intencionais como crenças, atitudes e normas (Teoria da Ação Planeada, Ajzen, 1991), predizem a participação na praxe académica.

Com este estudo pretendemos dar um contributo no sentido de colmatar esta lacuna, procurando identificar os preditores da intenção dos estudantes universitários do 1º ano (caloiros) serem ou não praxados. Recorreremos à Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1991) como modelo teórico e, deste modo, um segundo objetivo da nossa pesquisa é verificar a capacidade da Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1991) para predizer a intenção da participação na praxe académica por parte dos caloiros.

ATTITUDES FACE À PRAXE ACADÉMICA

Em Portugal, a primeira referência ao termo “praxe” surgiu no século XIX, mas as suas raízes remontam ao século XV na Universidade de Coimbra com a generalização do uso do traje académico para distinguir os estudantes universitários da restante sociedade civil. No entanto, só em 1916 é que surgiu o primeiro projeto de Código

de Praxe (conjunto de normas e valores pelos quais os estudantes se deviam reger) e só em 1957 foi editado o primeiro Código de Praxe (Estanque, 2016). Posteriormente, o Código de Praxe foi modificado várias vezes por estudantes e, em 1969, a praxe foi suspensa, tendo sido retomada apenas no final da década de 70 com regras mais restritas e com inúmeras proibições relativamente a atos de violência, humilhação pública e exclusão social (Conselho de Veteranos da Universidade de Coimbra, 2013). No entanto, essas recomendações não eliminaram essas práticas violentas.

De facto, episódios recentes em que jovens sofreram danos graves, ou mesmo a morte, durante rituais da praxe académica (e.g., Gomes, 2014), têm contribuído para aumentar a discussão pública (e.g., Martins, 2014) e a polarização de atitudes sobre este assunto (Lopes & Sebastião, 2017, para uma revisão). Assim, verificam-se, em simultâneo, atitudes fortemente favoráveis e atitudes fortemente desfavoráveis face à praxe académica (e.g., Tavares, 2008).

Para os que são favoráveis à praxe, esta constitui um património, uma tradição e um conjunto de práticas consideradas indispensáveis à integração dos novos estudantes nas universidades. Os defensores da praxe consideram que a praxe se desenrola num ambiente amigável e de confraternização, que visa promover a união dentro do curso e inculcar valores académicos (e.g., Tavares, 2008). Salientam como prós a aprendizagem de valores como o respeito, a tradição académica, a capacidade de trabalhar em grupo, o aumento de confiança em si e nos outros, persistência, integração, melhor relacionamento interpessoal, apoio pessoal e académico por parte dos estudantes mais velhos, bem como um sentimento de orgulho na instituição, entre outros (ver Lopes & Sebastião, 2017, para uma revisão).

Os que são desfavoráveis à praxe consideram que esta representa um conjunto de práticas associadas ao culto do conformismo e de atos gratuitos de exercício de poder e de dominação (e.g., Gomes & Ribeiro, 2002). Salientam ainda o medo da exclusão ou da marginalização na vida académica como um fator de coação fortíssimo sobre os jovens que chegam à universidade. Assim, para estes, a praxe representa todo um conjunto de práticas associadas à adesão acrítica a grupos que, ao invés de valorizarem as diferenças e, com isso, serem realmente integradores, consagram identidades normativas e conservadoras, nas quais a diferença ou insubmissão justificam a realização de práticas vexatórias (ver Lopes & Sebastião, 2017, para uma revisão).

Consensual entre praxistas e anti praxistas é a condenação de atos de violência, que os defensores da praxe designam de exageros e os seus opositores atribuem à própria natureza da praxe (Estanque, 2016).

O que a investigação ainda não procurou saber de um modo sistemático é em que medida as atitudes dos caloiros face à praxe académica e as pressões percebidas por parte de outras pessoas importantes para eles preveem a intenção dos caloiros serem ou não praxados.

A TEORIA DA AÇÃO PLANEADA

A teoria da ação planeada (Ajzen, 1985) considera que a intenção sobre o comportamento a adotar é determinada por 3 grandes fatores: a atitude face a um determinado comportamento, a norma subjetiva, e o controlo comportamental percebido (Figura 1).

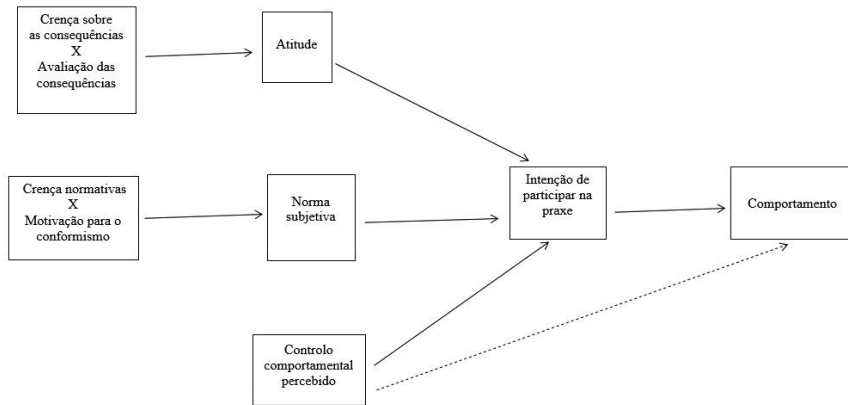


Figura 1. Modelo de ação planeada (adaptado de Ajzen & Madden, 1986).

Segundo Ajzen, a atitude é “uma predisposição para responder de forma favorável ou desfavorável a um objeto, pessoa, instituição ou acontecimento” (1991, p.4). Segundo a teoria da ação planeada, a atitude é determinada pelo somatório das crenças sobre as consequências do comportamento, pesado pela avaliação dessas consequências.

O segundo fator, designado por norma subjetiva, corresponde à percepção e/ou expectativas que o indivíduo tem sobre aqueles que são importantes para si e, por isso, influentes na decisão do comportamento a desempenhar. A norma subjetiva é o resultado do somatório das crenças normativas (expectativas sobre o comportamento que os outros salientes em relação a esse comportamento esperam que o indivíduo adote), pesada pelo valor destas crenças (motivação para seguir as outras pessoas que são importantes em relação a esse comportamento).

Estes dois primeiros fatores já estavam presentes na teoria da ação refletida (Fishbein & Ajzen, 1975), sendo que a Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1988) veio acrescentar ainda uma outra variável como determinante da intenção comportamental, o controlo comportamental percebido, ou seja, a facilidade percebida na realização desse mesmo comportamento.

Estes fatores são, então, preditores da intenção de desempenhar determinado comportamento (Eagly & Chaiken, 1993): quanto mais favorável a atitude e as nor-

mas sociais percebidas pelo indivíduo, e quanto maior a percepção de controlo percebido, maior a probabilidade de um comportamento ser realizado (Beck & Ajzen, 1991; Orbeil, Hodgkins, & Sheeran, 1997).

A importância relativa da atitude, da norma subjetiva e do controlo comportamental percebido, na predição da intenção, pode variar entre os indivíduos e entre as populações (Beck & Ajzen, 1991). De modo geral, quando não existem obstáculos ao controlo, o comportamento pode ser previsto pela intenção, uma vez que esta será suficiente para que o comportamento seja executado (Ajzen, 1991, 2011; Armitage & Conner, 2001).

Vários autores têm vindo, desde a formulação da teoria e até aos dias de hoje, a aplicar os modelos de ação refletida e planeada a um vasto leque de intenções e comportamentos: comportamentos sexuais de risco (Albarracín, Johnson, Fishbein, & Muellerleile, 2001; Godin & Kok, 1996), o uso do preservativo (Davis et al., 2016; Malcolm et al., 2013), comportamentos preventivos do cancro de pele (Figueiras, Alves, & Borracho, 2004), a discriminação sexual positiva no trabalho (Snyder & Swann, 1976), escolha de voto nas eleições presidenciais (Fishbein & Ajzen, 1981; Watters, 1989), escolha do método de alimentação do bebé pela mãe (Manstead, Proffitt, & Smart, 1983), consumo excessivo de álcool (Schlegel, d'Avernas, Zanna, DeCourville, & Manske, 1992), a intenção dos consumidores de mudar de canal (Madahi & Sukati, 2016), a participação em eventos profissionais de futebol (Eddosary, Ko, Sagas, & Kim, 2015), a compra local de comida (Shin, Hancer, & Song, 2016), o consumo do tabaco entre estudantes (Su et al., 2015), a adoção de comportamentos de risco durante a condução (Lee, Geiger-Brown, & Beck, 2016; Li, Shi, Liu, & Wang, 2016; Rowe et al., 2016), a intenção dos adolescentes se voluntariarem (Reuveni & Werner, 2015), a tomada de decisões éticas nas redes sociais (e.g., face ao *cyberbullying*) (Jafarkarimi, Saadatdoost, Sim, & Hee, 2016), comportamentos de risco *online* (Sasson & Mesch, 2016), a intenção de seguir marcas no Twitter (Chu, Chen, & Sung, 2016), a compra de viagens *online* (Amaro & Duarte, 2016), a adoção de comportamentos pró-ambiente (Botetzagias, Dima, & Malesios, 2015; Chung, 2016; Masud et al., 2016), a prática de exercício físico (Wigginton, Lee, Marshak, & Freier, 2016), a utilização de métodos de educação inclusivos (Yan & Sin, 2015), a prática de hábitos de alimentação saudável (Jun & Arendt, 2016), a intenção de mulheres grávidas de adotar comportamentos mais saudáveis (Whitaker, Wilcox, Liu, Blair, & Pate, 2016) e comportamentos a longo-prazo como o voluntariado (Marta, Manzi, Pozzi, & Vignoles, 2014).

A teoria da ação planeada tem vindo também a ser estudada em projetos de investigação focados em populações de estudantes universitários e em diversos temas, nomeadamente no âmbito da atividade física (Kwan, Bray, & Ginis, 2009), participação em programas de estudo internacionais como o ERASMUS (Schnusenberg, Jong, & Goel, 2012), performance académica (Ajzen & Madden, 1986; Davis, Ajzen, Saunders, & Williams, 2002; Kovac, Cameron, & Høigaard, 2016; Prentice, Caska,

& McLaughlin, 2009), participação em cursos de ética (Randall, 1994), presença nas aulas (Prislin & Kovrlja, 1992; White, O'Connor, & Hamilton, 2011), utilização de informação calórica num menu de restaurante (Stran, Knol, Severt, & Lawrence, 2016) e denúncia de um incidente ocorrido numa praxe académica (Richardson et al., 2012).

Estes estudos da aplicação da teoria da ação planeada têm como objetivo principal o aprofundamento do conhecimento sobre processos subjacentes ao comportamento, podendo aqui destacar-se duas vertentes: comportamentos que se pretendem prevenir (e.g., consumo de álcool, consumo de tabaco, adoção de comportamentos de risco) e comportamentos que se pretendem promover (e.g., comportamentos pró-ambiente, exercício físico, alimentação saudável).

Especificamente em relação à participação na praxe académica, tanto quanto é do nosso conhecimento, nunca foi testada de modo sistemática a capacidade preditora da teoria da ação planeada para predizer a intenção de se ser praxado. No entanto, em relação às atitudes, sabe-se que a participação na praxe está positivamente associada a crenças sobre consequências positivas dessa participação, tais como divertimento e coesão do grupo, e em relação à norma subjetiva sabe-se que a participação na praxe está positivamente associada à perceção de aprovação por parte dos amigos (Campo et al., 2005).

O presente estudo tem como objetivo geral verificar a adequação da teoria da ação planeada para predizer a intenção dos caloiros participarem na praxe académica (intenção de ser ou não praxado). Mais especificamente, pretende-se i) identificar o peso relativo das variáveis da teoria da ação planeada (atitude, norma subjetiva, controlo percebido) nessa intenção; ii) identificar as principais crenças sobre as consequências de ser praxado que são preditoras da atitude; iii) identificar as crenças normativas (os principais referentes) em relação a ser praxado que são preditoras da norma subjetiva.

De acordo com os pressupostos da teoria da ação planeada, hipotetizamos que a atitude, a norma subjetiva e o controlo comportamental percebido serão preditores significativos das intenções dos estudantes do 1º ano em serem praxados.

MÉTODO

Participantes

O presente estudo é constituído por uma amostra de 353 estudantes universitários (230 do sexo feminino e 123 do sexo masculino; idades: $M = 18.95$; $DP = 1.42$,

mínimo 18 e máximo 30 anos) a frequentar o 1º ano de uma Licenciatura num estabelecimento de ensino superior.

Como se pode ver na Tabela 1, 97.1% são de nacionalidade Portuguesa e os cursos de Licenciatura mais frequentados pelos participantes são Gestão (20.1%) e Psicologia (18.4%). A grande maioria (98.4%) são solteiros e são estudantes em exclusividade (91.7%).

No que diz respeito à área de residência antes de entrar na universidade, a maioria residia na Área Metropolitana de Lisboa (40.8%) e na zona Centro do país (36.8%). Da amostra, 94.6% viviam na casa dos pais antes de ingressar na Universidade e 62.3% continuam a morar com estes durante o período de aulas na faculdade.

Em relação à orientação política, a maioria (22.1%) são de esquerda ou de extrema-esquerda e 41.9% nunca participa em eventos religiosos.

Tabela 1
Caracterização Sociodemográfica dos Estudantes (N = 353)

Variáveis sociodemográficas	%
Sexo	
Feminino	65.2
Masculino	34.5
Não válidas	0.3
Estado Civil	
Solteiro	98.4
Casado	0.6
Não válidas	1
Nacionalidade	
Alemã	0.3
Angolana	0.3
Brasileira	0.8
Cabo-Verdiana	0.3
Guineense	0.3
Portuguesa	97.1
Inglesa	0.3
Santomense	0.6
Frequência de participação em eventos religiosos	
Várias vezes por semana	2

Uma vez por semana	8.8
Duas ou três vezes por mês	5.1
Uma vez por mês	4.2
Várias vezes por ano	11.3
Uma vez por ano	10.8
Com menos frequência ainda	15.9
Nunca	41.9
Orientação Política	
Extrema Direita	1.7
Direita	18.7
Centro	13.6
Esquerda	19.8
Extrema Esquerda	2.3
Sem orientação política	42.2
Não válidas	1.7
Área de Residência	
Norte	4.6
Centro	36.8
Sul	10.8
Área Metropolitana de Lisboa	40.8
Área Metropolitana do Porto	0.3
Açores ou Madeira	5.9
Estrangeiro	0.8
Residência em casa dos pais antes do ingresso na Universidade	
Sim	94.6
Não	5.1
Não válidas	0.3
Residência em casa dos pais depois do ingresso na Universidade	
Sim	62.3
Não	37.4
Não válidas	0.3
Situação perante o estudo	

Estudante em exclusividade	91.7
Trabalhador-estudante	8.3
Curso	
Antropologia	2.8
Arquitetura	1.1
Ciência Política	2.9
Finanças e Contabilidade	4.3
Economia	4.5
Engenharia Informática	6.6
Engenharia de Telecomunicações e Informática	0.8
Gestão de Marketing	5.2
Gestão	20.1
Gestão de Recursos Humanos	4.2
Gestão Industrial e Logística	3.7
História Moderna e Contemporânea	3.2
Informática e Gestão de Empresas	8.8
Psicologia	18.4
Serviço Social	4.8
Sociologia	7.3
Não válidas	1.3

Procedimento

Os participantes, alunos do 1º ano de uma universidade pública portuguesa, foram convidados, entre abril e maio de 2016, a participar num estudo sobre praxe, salientando-se que a sua participação era anónima e voluntária. O consentimento informado continha informação sobre o objetivo do estudo, informava o participante que este poderia desistir a qualquer momento do estudo, e garantia o anonimato do participante.

Instrumento

Para construir o questionário foram seguidas as recomendações dos seus autores (Ajzen, 2006). Foi feito um levantamento das vantagens e desvantagens da praxe e foram listadas pessoas e/ou grupos sociais que podem influenciar o comportamento dos caloi-

ros. Este levantamento foi feito junto de cerca de 25 alunos do 2º ano de Licenciatura de uma universidade pública portuguesa. Os participantes foram divididos em 2 grupos, cada um deles constituído por participantes e não participantes na praxe académica. Em cada um dos grupos, foi pedido aos alunos que fizessem uma listagem exaustiva de crenças sobre as consequências da praxe académica respondendo às questões “Quais pensa serem as vantagens de ser praxado?”, “Quais pensam serem as desvantagens de ser praxado?”, “Quando pensa em ser praxado, ocorre-lhe mais alguma coisa?”. Para a listagem de referentes pediu-se aos participantes que respondessem às questões “Que pessoas ou grupos de pessoas aprovariam que fosse praxado?”, “Que pessoas ou grupos de pessoas desaprovaram que fosse praxado? Existem outros grupos de pessoas que lhe venham à ideia quando pensa em ser praxado?” Todos os participantes nestas sessões concordaram com a formulação final de cada uma das crenças sobre as consequências, bem como com a listagem final dos referentes importantes.

As 22 consequências de participar na praxe académica identificadas foram: aumentar a integração social (conhecer novas pessoas, aumento da união entre colegas); aprender mais sobre a tradição académica; melhorar as competências pessoais (capacidade de comunicação, persistência, capacidade de trabalhar em grupo); aumentar o autoconhecimento (conhecer melhor os próprios pontos fortes e fracos, os próprios limites); a possibilidade de se divertir; o apadrinhar/amadrinhar alguém no 2º ano; o ter poder e autoridade no 2º ano; usar um traje com simbolismo no 2º ano; aumentar o sentimento de orgulho em ser estudante do seu curso na instituição; aprender novos valores (como por exemplo a importância da hierarquia, respeito, confiança); ser levado a agir contra a vontade; cansaço emocional e/ou físico; ter menos tempo livre; ser desrespeitado, humilhado e/ou inferiorizado; haver uma exposição pública; estar menos presente nas aulas; perder a identidade pessoal e/ou ser sujeito à uniformização do modo de pensar; ter de cumprir regras rígidas de comportamento; ter que sujar roupas; ter que comprar um traje caro no final do ano letivo; ter que usar um traje desconfortável no fim do ano letivo; ter vontade de ouvir e/ou ter um discurso inapropriado.

Foram listados 6 referentes para a participação dos caloiros na praxe: o pai, os amigos, os colegas, os órgãos de comunicação social (*media*), a mãe, e as pessoas que passam na rua e assistem por acaso à praxe.

O questionário foi alvo de um pré-teste junto de 7 alunos do 1º ano de Licenciatura para assegurar que não havia dúvidas na interpretação das questões.

Variáveis

Dado que a recolha de dados foi feita a meio do 2º semestre, de acordo com a definição de Ajzen e Fishbein (1980) de que um comportamento tem de ser definido

com uma ação, um alvo, um contexto, e um tempo, definiu-se o comportamento a prever como “Participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequenta”. Todas as questões do questionário foram construídas de acordo com as regras dos modelos de ação refletida (Ajzen & Fishbein, 1980) e planeada (Ajzen & Madden, 1986). De salientar que a praxe académica para os caloiros pode ser iniciada ou abandonada em qualquer altura do ano.

Intenção comportamental. Foi utilizado 1 item “Tenciono participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequenta?” numa escala de +3 (*muitíssimo provável*) a -3 (*muitíssimo improvável*).

Atitudes face ao comportamento. Foi avaliada com uma questão, “Participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento é...”, para responder em duas escalas de resposta: de +3 (*muitíssimo bom*) e -3 (*muitíssimo mau*); e entre +3 (*benéfico*) e -3 (*prejudicial*) (Alfa de Cronbach = .89).

Crenças sobre as consequências. Para cada uma das 22 consequências do comportamento foi feita uma pergunta no questionário. Por exemplo, para a integração social foi perguntado: “Se eu participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento vou aumentar a minha integração social (conhecer novas pessoas, aumento da união entre colegas)”. Para todas, a escala de resposta foi de 7 pontos, entre +3 (*muitíssimo provável*) a -3 (*muitíssimo improvável*).

Avaliação das consequências. Foi pedido aos participantes que avaliassem cada uma das 22 consequências através de questões, como por exemplo: “Aumentar a minha integração social (conhecer novas pessoas, aumento da união entre colegas) é...”, numa escala de entre +3 (*muitíssimo bom*) a -3 (*muitíssimo mau*).

Norma subjetiva. Foi avaliada através da questão “A maioria das pessoas que conheço pensa que eu devo participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento” numa escala de +3 (*muitíssimo provável*) a -3 (*muitíssimo improvável*).

Crenças normativas. Para cada um dos 6 referentes, colocou-se uma questão, por exemplo em relação ao pai: “O meu pai pensa que eu devo participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento”, numa escala de +3 (*muitíssimo provável*) a -3 (*muitíssimo improvável*).

Motivação para o conformismo. Para cada um dos 6 referentes perguntou-se “De um modo geral, quanto é que quer fazer o que o seu pai acha que deve fazer?”, sendo a resposta dada numa escala 1 (*nada*) a 7 (*muitíssimo*).

Controlo comportamental percebido. A dificuldade percebida na realização desse mesmo comportamento foi avaliada através de 2 questões: “Se eu desejar, eu posso participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento”, numa escala de resposta entre +3 (*muitíssimo provável*)

a -3 (*muitíssimo improvável*); e “É fácil para mim participar ainda este semestre como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento”, numa escala de resposta de +3 (*muitíssimo fácil*) a -3 (*muitíssimo difícil*) (Alfa de Cronbach = .86).

Questões sociodemográficas. No final do questionário perguntava-se o sexo do participante, a idade, a área de residência habitual, o estado civil, a nacionalidade, a área de residência antes de ingressar no ensino superior, se ainda vivia em casa dos pais antes e depois de ingressar no ensino superior, e se é trabalhador-estudante.

Perguntava-se ainda o grau de religiosidade através da questão “Sem contar com ocasiões especiais como casamentos, funerais e batizados..., com que frequência participa em serviços religiosos?” sendo que a escala de resposta era de 1 – *várias vezes por semana* a 8 – *Nunca*. Também se mediu a orientação política através da questão “Qual a sua orientação política?” que variava entre 1 – *Extrema Direita* e 5 – *Extrema Esquerda*, sendo 6 – *Sem orientação política*.

RESULTADOS

Estatísticas descritivas

A Tabela 2 mostra as correlações, média e desvio-padrão para as variáveis do modelo da Teoria da Ação Planeada. Em média, os participantes têm atitudes ligeiramente positivas em relação à participação na praxe académica ($M = 1.22$; $DP = 1.44$), considerando que lhes é relativamente fácil aceder às atividades da mesma ($M = 1.21$; $DP = 1.86$). Por outro lado, os participantes consideram como apenas um pouco provável que outras pessoas significativas para eles considerem que eles devem participar na praxe ($M = 0.84$; $DP = 1.48$), e apenas um pouco provável que tenham a intenção de participar na praxe no presente ano ($M = 0.80$; $DP = 2.34$).

Tabela 2
Correlações e estatísticas descritivas das variáveis

Variável	1	2	3	4	M	DP
1. Intenção		.82***	.35***	.63***	0.80	2.34
2. Atitude			.40***	.60***	1.22	1.44
3. Norma subjetiva				.36***	0.84	1.48
4. Controlo comportamental percebido					1.21	1.86

*** $p < .001$

Os resultados (Tabela 2) mostraram correlações positivas e significativas entre a intenção e cada uma das variáveis preditoras. Assim, a atitude ($r = .82, p < .001$) e o controlo comportamental percebido ($r = .63, p < .001$) apresentaram uma forte associação com a intenção. Em contrapartida, a norma subjetiva ($r = .35, p < .001$) mostrou uma associação moderada.

A norma subjetiva ($r = .40, p < .001$) mostrou uma associação moderada com a atitude, e o controlo comportamental percebido apresentou uma forte associação com esta ($r = .60, p < .001$). Por fim, verificou-se uma associação moderada entre a norma subjetiva e o controlo comportamental percebido ($r = .36, p < .001$).

Intenção de participar na praxe académica em função da atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido

Considerando as medidas diretas de atitude e norma subjetiva, os resultados da análise de regressão múltipla, descritos na Tabela 3, mostram que a atitude e a norma subjetiva explicam um total de 66% da variância da intenção de participação na praxe académica¹⁹. O modelo é significativo ($F(2,348) = 344.23; p < .001$), com a atitude a ser preditora significativa da intenção de participar na praxe ($\beta = .80, p < .001$).

Quando, num segundo passo, se acrescentou o controlo comportamental percebido, os resultados evidenciaram que esta última variável contribuiu com mais 3% ($\beta = .22, p < .001$) para explicar a variância na predição da intenção de participar na praxe académica. Assim, todo o modelo, estando incluído o controlo comportamental percebido, explica 69% da variância na intenção de participar na praxe académica ($F(3,347) = 262.37; p < .001$).

Tabela 3
Análise de Regressão Múltipla: Predição da intenção a partir das atitudes, norma subjetiva e controlo comportamental percebido

Variável	Adj R^2	ΔR^2	b	SE	β
Passo 1	.66	.66			
Atitudes			1.31	.06	.80***
Norma Subjetiva			.05	.05	.03
Passo 2	.69	.03			
Atitudes			1.12	.06	.68***
Norma Subjetiva			.00	.05	.00
Controlo comportamental percebido			.28	.05	.22***

*** $p < .001$

19 Uma análise de regressão múltipla revelou que as variáveis sociodemográficas (sexo, idade, área de residência antes de ingressar no ensino superior, se ainda vive em casa dos pais, se é trabalhador-estudante, religiosidade, e orientação política) não foram significativas na predição da intenção comportamental. Consequentemente, optou-se por não as incluir na análise de regressão para testar o modelo da ação planeada.

Preditores da atitude

À semelhança de Kassem e Lee (2003), numa outra análise de regressão (Figura 1) verificámos que o produto das crenças sobre as consequências explica 66% da variância na atitude em relação a participar na praxe académica. Apesar de a maior parte das consequências medidas estarem positiva e significativamente associadas com a atitude, apenas oito variáveis mostraram ser predictoras significativas. Esses preditores foram o aumento de integração social ($\beta = .16, p < .01$), aprender mais sobre tradição académica ($\beta = .13, p < .01$), aumentar o orgulho em ser estudante daquele curso naquela instituição ($\beta = .12, p < .05$), a diversão associada à participação na praxe ($\beta = .25, p < .001$), a possibilidade de apadrinhar/amadrinhar no 2º ano da faculdade ($\beta = .09, p < .05$), a possibilidade de no 2º ano usar um traje com simbolismo ($\beta = .11, p < .05$), e ter menos tempo livre ($\beta = .16, p < .001$).

A consequência de ter poder e autoridade no 2º ano foi um predictor significativo e negativo da atitude face a ser praxado ($\beta = -.16, p < .001$).

Preditores da norma subjetiva

Também à semelhança de Kassem e Lee (2003), numa outra análise de regressão verificámos que o produto dos referentes explica 34% da variância na norma subjetiva referente a participar na praxe académica (Figura 2). Apesar da maior parte dos referentes considerados estarem positiva e significativamente associados com a norma subjetiva, apenas o referente mãe ($\beta = .15, p < .05$) e amigos ($\beta = .40, p < .001$), mostraram ser preditores significativos. No entanto, como já referimos, a norma subjetiva, apesar de correlacionada com a intenção, não mostrou ser um predictor significativo da mesma.

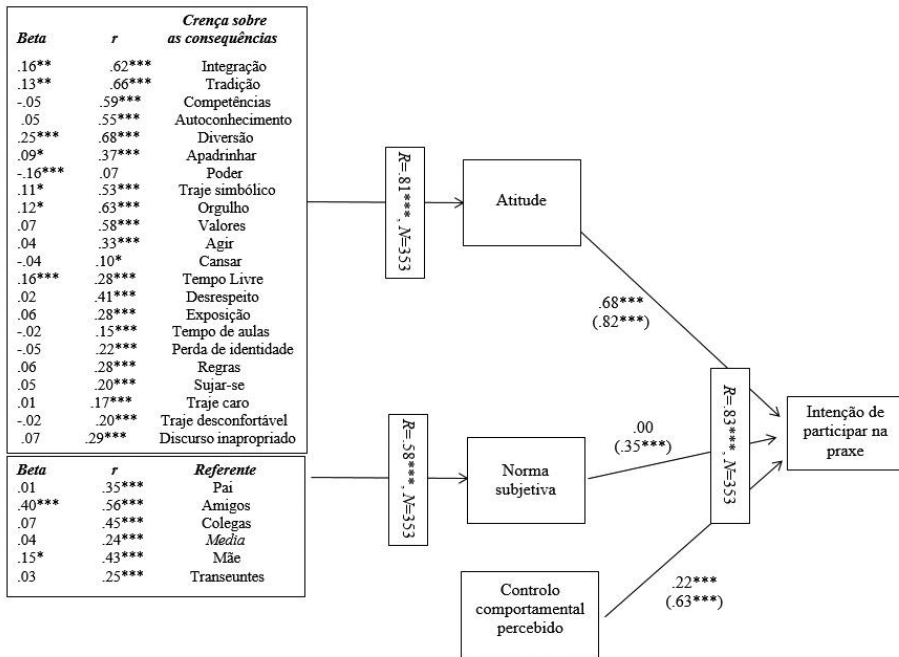


Figura 2. Diagrama para a predição da intenção de participar na praxe académica baseado na Teoria da Ação Planeada.

Nota: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo geral verificar a aplicabilidade da teoria da ação planeada para prever a intenção dos caloiros participarem na praxe académica (intenção de ser ou não ser praxado). Os resultados mostraram que as atitudes e o controlo comportamental percebido predizem positivamente a intenção de participar na praxe académica, explicando no seu conjunto 69% da variância. A norma subjetiva não se revelou um preditor significativo da intenção, embora positivamente e significativamente correlacionada com esta.

Apesar da norma subjetiva ser muitas vezes o preditor mais fraco da teoria da ação planeada (Ajzen, 1991), este resultado não deixa de ser surpreendente pelo facto deste comportamento ser um comportamento de grupo e com carácter público. A análise dos preditores da atitude poderá, contudo, contribuir para compreender este resultado, pois os preditores da atitude incluem aspetos ligados à integração social e ao reconhecimento do novo estatuto de estudante universitário, ou seja, às relações sociais e às expectativas de outros.

Assim, os preditores da atitude foram o aumento de integração social, aprender mais sobre tradição académica, aumentar o orgulho em ser estudante daquele curso naquela instituição, a diversão associada à participação na praxe, a possibilidade de apadrinhar/amadrinhar no 2º ano da faculdade e a possibilidade de no 2º ano usar um traje com simbolismo.

Estes fatores correspondem aos que foram identificados (Estanque, 2016) como as grandes funções da praxe académica: a integração dos caloiros na universidade (integração social, aumentar o orgulho em ser estudante daquele curso naquela instituição, a diversão associada à participação na praxe); e o reconhecimento público, pela comunidade académica e não académica, do seu novo estatuto de estudantes universitários (a possibilidade de apadrinhar/amadrinhar no 2º ano da faculdade, aprender mais sobre tradição académica, a possibilidade de no 2º ano usar um traje com simbolismo). Segundo Estanque (2016), isto acontece mesmo nas universidades mais recentes, com menos antiguidade, como é o caso desta em que foi conduzido este estudo, que tem cerca de 50 anos.

Dois outros preditores significativos parecem-nos de interpretação menos evidente. Em relação à possibilidade de ter poder e autoridade no 2º ano, esta prediz negativamente a intenção de participar na praxe. Isto poderá querer dizer que os estudantes quando estão no 1º ano não são praxados com o intuito de virem a ter poder sobre outros, ou poderá apenas dever-se a desejabilidade social.

Em relação à consequência “possibilidade de ter menos tempo livre”, predizer significativamente e positivamente a intenção de participar na praxe, poder-se-á talvez atribuir à percepção de que ocupar o tempo com atividades ligadas à universidade, em vez de ter tempo simplesmente “livre”, pode refletir uma vontade de integração no meio universitário.

Poder-se-á ainda questionar a razão pela qual aspetos ligados às consequências negativas da praxe (e.g., ser desrespeitado) não surgiram como preditores significativos da participação na mesma. Podemos avançar duas possibilidades de explicação. Uma primeira possível explicação poderá ser a possibilidade de que os caloiros não interpretam os acontecimentos da praxe como sendo um ataque pessoal (ser desrespeitado) ou até mesmo “real”, por saberem que são comportamentos normativos daquele contexto e, portanto, plenamente legítimos. Uma segunda explicação pode ser o facto de na praxe do estabelecimento de ensino superior em que o estudo foi realizado não existirem práticas humilhantes. Estudos futuros deverão tentar compreender este aspeto.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo tem várias limitações. A primeira refere-se ao momento do ano em que foi conduzido o estudo. De facto, apesar de a praxe durar todo o ano, os

dados foram recolhidos já no 2º semestre, em que os alunos ainda podem iniciar, continuar ou abandonar a praxe. Este facto tem, no entanto, como vantagem que os alunos responderam ao questionário já com um conhecimento (enquanto atores ou observadores) do que é ser praxado. Estudos futuros que avaliem a intenção do comportamento antes do início do mesmo poderão ter resultados diferentes.

A segunda limitação refere-se ao facto de ter usado medidas de autorrelato, com consequentes limitações ao nível da desejabilidade social.

A terceira limitação refere-se ao facto de se ter usado uma amostra de conveniência, logo não representativa dos caloiros do estabelecimento em que o estudo foi realizado, nem dos caloiros das Universidades em Portugal.

A quarta limitação deste estudo refere-se ao facto do estudo ser correlacional e, por isso, a sequência causal entre as variáveis ter de ser interpretada com cautela. Nesta análise seguimos a sequência proposta pelo modelo de ação planeada (Ajzen, 1991), mas poder-se-ia pensar, por exemplo, que a intenção é causa, e não consequência, quer da norma subjetiva, quer da atitude ou do controlo percebido.

Uma última limitação deste estudo decorre das principais limitações da teoria da ação planeada como, por exemplo, o facto de neste estudo a norma subjetiva ter sido conceptualizada em termos interpessoais em vez de em termos grupais (e.g., Terry & Hogg, 1996), ou não termos incluído como preditores da intenção comportamental as experiências emocionais esperadas (Manstead, 1996).

CONTRIBUTOS DO ESTUDO

Este estudo mostra pela primeira vez o poder preditivo do modelo de ação planeada para prever a intenção de ser praxado. Tanto quanto é do nosso conhecimento, é a primeira vez que este modelo é aplicado a este comportamento, tão prevalente nos estudantes universitários portugueses e que tanta polémica tem gerado.

Os resultados mostraram que duas das três componentes do modelo, a atitude e o controlo percebido, explicam a intenção de ser praxado, o que oferece importantes contributos para compreender o comportamento e implicações para o alterar.

Assim, se o que parecer motivar os jovens a serem praxados é principalmente a integração na vida académica e o reconhecimento pela comunidade, todas as medidas tomadas pelas universidades para aumentar a integração dos alunos logo desde o momento da entrada na universidade e para reforçar a demonstração pública do seu novo estatuto poderão reduzir a atratividade da praxe e, consequentemente, a adesão dos alunos à mesma. Em diversas Universidades, incluindo aquela em que se realizou este estudo, há já várias alternativas de receção e integração dos

novos alunos, como por exemplo, apresentações e visitas ao campus, sessões institucionais de recepção, iniciativas de convívio, voluntariado, visitas à cidade, atividades artísticas, e sistemas de tutorias (Lopes & Sebastião, 2017). No entanto, a maior parte destas atividades não ocorrem ainda durante outros períodos do ano e não incluem todos os alunos. Por outro lado, essas atividades, embora possam contribuir para uma integração dos alunos, são menos eficazes ao nível do reconhecimento público da marca do estudante universitário conferida, por exemplo, pelo traje académico. O conhecimento da importância desta função de reconhecimento público do estatuto do estudante universitário poderá ser um aspeto a considerar em futuras atividades de integração universitária alternativas à praxe.

Por outro lado, sendo o controlo percebido importante para a intenção, todas as medidas para facilitar ou dificultar a participação dos alunos na praxe, por exemplo, proibindo a praxe no campus universitário, podem afetar a intenção dos estudantes em participar na praxe.

É nosso desejo que este artigo, inovador ao nível da aplicação da teoria da ação planeada a este comportamento, possa estimular outros estudos que permitam melhor compreender o que leva tantos jovens em Portugal a participar na praxe académica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ajzen, I. (1985). From intentions to actions: A theory of planned behavior. In J. Kuhl & J. Beckman (Eds.), *Action control: From cognition to behavior* (pp. 11-39). Heidelberg: Springer.
- Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality, and behavior*. Milton Keynes, UK: Open University Press.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179-211. doi: 10.1016/0749-5978(91)90020-T
- Ajzen, I. (2006). Constructing a TPB questionnaire: Conceptual and methodological considerations. Retirado de <http://www.uni-bielefeld.de/ikg/zick/ajzen%20construction%20a%20tpb%20questionnaire.pdf>
- Ajzen, I. (2011). The theory of planned behaviour: Reactions and reflections. *Psychology and Health*, 9, 1113-1127. doi: 10.1080/08870446.2011.613995
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Ajzen, I., & Madden, T. J. (1986). Prediction of goal directed behavior: Attitudes, intentions, and perceived behavioral control. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22, 453-474. doi: 10.1016/0022-1031(86)90045-4
- Albarracín, D., Johnson, B. T., Fishbein, M., & Muellerleile, P. A. (2001). Theories of reasoned action and planned behavior as models of condom use: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 127, 142-161. doi: 10.1037/0033-2909.127.1.142
- Amaro, S., & Duarte, P. (2016). Travelers' intention to purchase travel online: Integrating trust and risk to the theory of planned behavior. *Anatolia*, 27, 389-400. doi: 10.1080/13032917.2016.1191771

- Armitage, C. J., & Conner, M. (2001). Efficacy of the theory of planned behaviour: A meta-analytic review. *British Journal of Social Psychology*, 40, 471-499. doi: 10.1348/014466601164939
- Beck, L., & Ajzen, I. (1991). Predicting dishonest actions using the theory of planned behavior. *Journal of Research in Personality*, 25, 285-301. doi: 10.1016/0092-6566(91)90021-H
- Botetzagias, I., Dima, A-F., & Malesios, C. (2015). Extending the theory of planned behavior in the context of recycling: The role of moral norms and of demographic predictors. *Resources, Conservation and Recycling*, 95, 58-67. doi: 10.1016/j.resconrec.2014.12.004
- Campo, S., Poulos, G., & Sipple, J. W. (2005). Prevalence and profiling: Hazing among college students and points of intervention. *American Journal of Health Behavior*, 29, 137-149. doi: 10.5993/AJHB.29.2.5
- Chu, S., Chen, H., & Sung, Y. (2016). Following brands on Twitter: An extension of theory of planned behavior. *International Journal of Advertising*, 35, 421-437. doi: 10.1080/02650487.2015.1037708
- Chung, K. (2016). Exploring customers' post-dinning behavioral intentions toward green restaurants: An application of theory of planned behavior. *The International Journal of Organizational Innovation*, 9, 119-134.
- Conselho de Veteranos da Universidade de Coimbra. (2013). *Código da praxe, universidade de Coimbra*. Retirado de http://mcv.aac.uc.pt/files/Codigo_da_Praxe3ed.pdf
- Davis, K. C., et al. (2016). Men's condom use resistance: Alcohol effects on theory of planned behavior constructs. *Health Psychology*, 35, 178-186. doi: 10.1037/hea0000269
- Davis, L. E., Ajzen, I., Saunders, J., & Williams, T. (2002). The decision of African American students to complete high school: An application of the theory of planned behavior. *Journal of Educational Psychology*, 94, 810-819. doi: 10.1037//0022-0663.94.4.810
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Fort Worth, TX: Harcourt Brace: Jovanich College Publishers.
- Eddosary, M., Ko, Y. J., Sagas, M., & Kim, H. Y. (2015). Consumer's intention to attend soccer events: Application and extension of the theory of planned behavior. *Psychological Reports: Employment Psychology & Marketing*, 117(1), 89-102. doi: 10.2466/01.05.PR0.117c13z7
- Estanque, E. (2016). *Praxe e tradições académicas*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Figueiras, M. J., Alves, N. C., & Barracho, C. (2004). Diferenças do valor preditivo da Teoria da Ação Planeada na intenção de adoptar comportamentos preventivos para o cancro de pele: O papel do optimismo e da percepção da doença em indivíduos saudáveis. *Análise Psicológica*, 3, 571-583.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention and behavior. An introduction to theory and research*. Reading, MA: Addison Wesley.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1981). Attitudes and voting behavior: An application of the theory of reasoned action. In G. M. Stephenson & J. M. Davis (Eds.), *Progress in Applied Social Psychology* (vol. 1, pp. 253-313). London: Wiley.
- Frias, A. (2003). Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra. Lógicas das tradições e dinâmicas identitárias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 81-116.
- Godin, G., & Kok, G. (1996). The theory of planned: A review of its applications to health-related behaviors. *American Journal of Health Promotion*, 11, 87-98. doi: 10.4278/0890-1171-11.2.87
- Gomes, C. (2014). Jovens que morreram no Meco vistos a rastejar com pedras nos tornozelos. *Público*. Consultado em 07 de março de 2017, em <https://www.publico.pt/2014/01/24/sociedade/noticia/jovens-que-morreram-no-meco-vistos-a-rastejar-com-pedras-nos-tornozelos-1620966>
- Gomes, C. A., & Ribeiro, R. (2002). As praxes académicas na Universidade do Minho: Conclusões e implicações de um relatório institucional. In A. S. Pouzada, L. S. Almeida & R. Vasconcelos (Eds.), *Contextos e dinâmicas de vida académica*. Guimarães: Universidade do Minho.

- Jafarkarimi, H., Saadatdoost, R., Sim, A. T. H., & Hee, J. M. (2016). Behavioral intention in social networking sites ethical dilemmas: An extended model based on theory of planned behavior. *Computers in Human Behavior*, 62, 545-561. doi: 10.1016/j.chb.2016.04.024
- Jun, J., & Arendt, S. W. (2016). Understanding healthy eating behaviors at casual dining restaurants using the extended theory of planned behavior. *International Journal of Hospitality Management*, 53, 106-115. doi: 10.1016/j.ijhm.2015.12.002
- Kassem, N. O., & Lee, J. W. (2003). Understanding soft drink consumption among male adolescents using the theory of planned behavior. *Journal of Behavioral Medicine*, 27, 273-296. doi: 0160-7715/04/0600-0273/0
- Kovac, V. B., Cameron, D. L., & Høigaard, R. (2016). The extended theory of planned behaviour and college grades: The role of cognition and past behaviour in the prediction of students' academic intentions and achievements. *Educational Psychology*, 36, 792-811. doi: 10.1080/01443410.2014.923557
- Kwan, M. Y. W., Bray, S. R., & Ginis, K. A. M. (2009). Predicting physical activity of first-year university students: An application of the theory of planned behavior. *Journal of American College Health*, 58, 45-52. doi: 10.3200/JACH.58.1.45-55
- Lee, C. J., Geiger-Brown, J., & Beck, K. H. (2016). Intentions and willingness to drive while drowsy among university students: An application of an extended theory of planned behavior model. *Accident Analysis & Prevention*, 93, 113-123. doi: 10.1016/j.aap.2016.05.002
- Li, P., Shi, J., Liu, X., & Wang, H. (2016). The theory of planned behavior and competitive driving in China. *Procedia Engineering*, 137, 362-371. doi: 10.1016/j.proeng.2016.01.270
- Lopes, J. T., & Sebastião, J. (2017). *A praxe como fenómeno social*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ISCTE-IUL) e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Retirado de http://www.dges.gov.pt/sites/default/files/naipa/a_praxe_como_fenomeno_social.pdf
- Madahi, A., & Sukati, I. (2016). An empirical study of malaysian consumers' channel-switching intention: Using theory of planned behaviour. *Global Business Review*, 17, 489-523. doi: 10.1177/0972150916630447
- Malcolm, S., Huang, S., Cordova, D., Freitas, D., Arzon, M., Jimenez, G. L., ... Prado, G. (2013). Predicting condom use attitudes, norms, and control beliefs in hispanic problem behavior youth: The effects of family functioning and parent-adolescent communication about sex on condom use. *Health Education & Behavior*, 40, 384-391. doi: 10.1177/1090198112440010
- Manstead, A. S. R. (1996). Attitudes and behavior. In G.R. Semin & K. Fiedler (Eds.), *Applied Social Psychology* (pp. 3-29). London: Sage.
- Manstead, A. S. R., Proffitt, C., & Smart, J. L. (1983). Predicting and understanding mothers' infant-feeding intentions and behavior: Testing the theory of reasoned action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 657-671. doi: 10.1177/1090198112440010
- Marta, E., Manzi, C., Pozzi, M., & Vignoles, V. L. (2014). Identity and the theory of planned behavior: Predicting maintenance of volunteering after three years. *The Journal of Social Psychology*, 154, 198-207. doi: 10.1080/00224545.2014.881769
- Martins, C. C. (2014). *Debates sobre a Praxe: Balanço dos Prós e Contras*. Consultado em 07 de março de 2017, em <http://www.esquerda.net/dossier/debates-sobre-praxe-balanço-dos-prós-e-contras/31309>
- Masud, M. M., Al-Amin, A. Q., Junsheng, H., Ahmed, F., Yahaya, S. R., Akhtar, R., & Banna, H. (2016). Climate change issue and theory of planned behaviour: Relationship by empirical evidence. *Journal of Cleaner Production*, 113, 613-623. doi: 10.1016/j.jclepro.2015.11.080
- Orbeil, S., Hodgkins, S., & Sheeran, P. (1997). Implementation intentions and the theory of planned behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, 945-954. doi: 10.1177/0146167297239004

- Prentice, G. R., Caska, B. A., & McLaughlin, C. G. (2009). Examining psychology undergraduates' statistics results using the theory of planned behavior and background factors. *The Irish Journal of Psychology, 30*, 161-170. doi: 10.1080/03033910.2009.10446307
- Prislin, R., & Kovrlija, N. (1992). Predicting behavior of high and low self-monitors: An application of the theory of planned behavior. *Psychological Reports, 70*, 1131-1138. doi: 10.2466/pr0.1992.70.3c.113
- Randall, D. M. (1994). Why students take elective business ethics courses: Applying the theory of planned behavior. *Journal of Business Ethics, 13*, 369-378. doi: 10.1007/BF00871764
- Reuveni, Y., & Werner, P. (2015). Factors associated with teenagers' willingness to volunteer with elderly persons: Application of the theory of planned behavior (TPB). *Educational Gerontology, 41*, 623-634. doi: 10.1080/03601277.2015.1029768
- Richardson, B. K., Wang, Z., & Hall, C. A. (2012). Blowing the whistle against Greek hazing: The theory of reasoned action as a framework for reporting intentions. *Communication Studies, 63*, 172-193. doi: 10.1080/10510974.2011.624396
- Rowe, R., Andrews, E., Harris, P. R., Armitage, C. J., McKenna, F. P., & Norman, P. (2016). Identifying beliefs underlying pre-drivers' intentions to take risks: An application of the theory of planned behaviour. *Accident Analysis & Prevention, 89*, 49-56. doi: 10.1016/j.aap.2015.12.024
- Sasson, H., & Mesch, G. (2016). Gender differences in the factors explaining risky behavior online. *Journal of Youth and Adolescence, 45*, 973-985. doi: 10.1007/s10964-016-0465-7
- Schlegel, R. P., d' Avernas, J. R., Zanna, M. P., DeCourville, N. H., & Manske, S. R. (1992). *Problem drinking: A problem for the theory of reasoned action?* Journal of Applied Social Psychology, 22, 358-385. doi: 10.1111/j.1559-1819.1992.tb0/545.x
- Schnusenberg, O., Jong, P., & Goel, L. (2012). Predicting study abroad intentions based on the theory of planned behavior. *Journal of Innovative Education, 10*, 337-361. doi: 10.1111/j.1540-4609.2012.00350.x
- Shin, Y. H., Hancer, M., & Song, J. G. (2016). Self-congruity and the theory of planned behavior in the prediction of local food purchase. *Journal of International Food & Agribusiness Marketing, 28*, 330-345. doi: 10.1080/08974438.2016.1145612
- Snyder, M., & Swann, W. B. (1976). When actions reflect attitudes: The politics of impression management. *Journal of Personality and Social Psychology, 34*, 1034-1042. doi:10.1037/0022-3514.34.5.1034
- Stran, K. A., Knol, L. L., Severt, K., & Lawrence, J. C. (2016). College students' intentions to use calorie information on a restaurant menu: Application of the theory of planned behavior. *American Journal of Health Education, 47*, 215-223. doi: 10.1080/19325037.2016.1179142
- Su, X., Li, L., Griffiths, S. M., Gao, Y., Lau, J. T., & Mo, P. K. (2015). Smoking behaviors and intentions among adolescents in rural China: The application of the theory of planned behavior and the role of social influence. *Addictive Behaviors, 48*, 44-51. doi: 10.1016/j.addbeh.2015.04.005
- Tavares, D. A. (2008). *O superior ofício de ser aluno. Manual de sobrevivência do caloiro*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Terry, D. J., & Hogg, M. A. (1996). Group norms and the attitude-behavior relationship: a role for group identification. *Personality and Social Psychology Bulletin, 22*, 776-793. doi: 10.1177/0146167296228002
- Watters, A. E. (1989). *Reasoned/intuitive action: An individual difference moderation of the attitude-behavior relationship in the 1988 U. S. presidential election*. (Tese de Mestrado não publicada). Department of Psychology, University of Massachusetts, Amherst.

- Whitaker, K. M., Wilcox, S., Liu, J., Blair, S. N., & Pate, R. R. (2016). Pregnant women's perceptions of weight gain, physical activity, and nutrition using theory of planned behavior constructs. *Journal of Behavioral Medicine, 39*, 41-54. doi: 10.1007/s10865-015-9672-z
- White, K. M., O'Connor, E. L., & Hamilton, K. (2011). In-group and role identity influences on the initiation and maintenance of student's voluntary attendance at peer study sessions for statistics. *British Journal of Educational Psychology, 81*, 325-343. doi: 10.1348/000709910X513258
- Wigginton, M., Lee, J., Marshak, H. H., & Freier, K. (2016). Modifying the theory of planned behavior to predict children's exercise behaviors. *International Journal of Health, Wellness & Society, 6*, 2. doi: 10.18848/2156-8960/CGP/v06i02/57-71
- Yan, Z., & Sin, K-f. (2015). Exploring the intentions and practices of principals regarding inclusive education: An application of the theory of planned behaviour. *Cambridge Journal of Education, 45*, 205-221. doi: 10.1080/0305764X.2014.934203